



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

SATISFAÇÃO RESIDENCIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL A REABILITAÇÃO URBANA EM ALFAMA

*Cristina Santos Silva**

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem por objectivo apresentar algumas considerações sobre a problemática da reabilitação urbana, tendo como pano de fundo a actividade sociológica que tem vindo a ser desenvolvida desde 1993 no Gabinete Local de Alfama e Colina do Castelo.

Com o texto aqui apresentado pretende-se dar a conhecer as principais conclusões de um estudo realizado naquele Gabinete, integrando também algumas reflexões decorrentes da experiência de contacto com os agentes locais nestes últimos três anos. ^[1]

Deste modo, esta comunicação terá como objectos principais: por um lado, a avaliação da satisfação residencial em Alfama após o processo de reabilitação, e por outro lado, a problemática da participação dos diversos actores sociais no processo de reabilitação urbana do bairro de Alfama.

O CONCEITO DE REABILITAÇÃO URBANA INTEGRADA E A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO

A história do urbano mostra que, em cada época — e de modo não uniforme em cada país, região ou local — o que foi a cidade, como, quem, para quê, e em nome de que valores se fez a cidade tem respostas diversas.

A cidade é, assim, uma complexa criação da sociedade: cristaliza os processos sociais e reflecte na sua estrutura física as mudanças desses processos, conservando o seu testemunho. É desta forma que a cidade adquire uma especificidade social própria que enquadra e constrói a identidade dos seus habitantes, estimula e organiza os modos de vida e os comportamentos colectivos e individuais e contribui para a mudança social do espaço urbano. Por outro lado, as mutações da sociedade e, mais especificamente, as transformações económicas têm-se traduzido em alterações nas formas de estruturação do espaço.

De facto, o êxodo rural provocado pela industrialização urbana teve como consequência a desestruturação do mundo rural e intensificou a urbanização maciça de Lisboa, conduzindo-a a um desenvolvimento radioconcêntrico que deu origem à Área Metropolitana de Lisboa.

O crescimento urbano foi acompanhado por dois processos de reorganização do território simultâneos: por um lado, a expansão da cidade foi atingindo os concelhos periféricos, onde se implantaram unidades industriais e grandes bairros residenciais; por outro lado, paralelamente ao crescimento das periferias, as zonas centrais da cidade começaram a declinar do ponto de vista demográfico. Este decréscimo populacional é acompanhado e, também, fomentado por um processo de terciarização que promoveu a implantação do comércio e serviços nas áreas centrais da cidade, tanto por substituição directa, como também através de operações de renovação urbana.

Os processos de renovação urbana foram frequentes até à década de oitenta e traduziram-se, essencialmente, em intervenções que destroem o tecido construído antigo e o tecido social, sendo estes substituídos por novos usos e populações com características sociais diferentes. Na maior parte dos casos as populações deslocadas nestas operações vão engrossar os dormitórios da periferia e nas zonas renovadas instalam-se novos habitantes com mais recursos económicos, com novos estilos de vida e conseqüentemente com modos diferentes de apropriação do espaço — é a este processo de recomposição social da população que se chama “gentrificação”.

Foi no sentido de inverter estes processos de transformação da cidade que se tem vindo a assistir nos últimos anos a um incremento significativo das políticas de reabilitação urbana. Este incremento

tem subjacente, entre outros factores, uma crescente preocupação por parte dos diversos agentes sociais com o estado de degradação física e ambiental dos centros urbanos antigos.

Podemos dizer que surgiu uma convergência de opiniões face à recuperação dos centros urbanos antigos que deu origem a uma atitude reabilitadora cujo objectivo é estagnar ou inverter tendências descaracterizadoras e proceder a uma requalificação física, social e funcional dos centros históricos, tendo em conta a sua memória colectiva e as transformações do espaço e do estilo de vida urbano na actualidade.

É tendo como pano de fundo esta nova filosofia de intervenção na cidade existente que vamos encontrar o processo de reabilitação de que têm sido alvo os bairros antigos de Lisboa, nomeadamente Alfama.

A reabilitação do bairro de Alfama surge como prioritária dado o avançado estado de degradação dos edifícios e dos espaços públicos, acrescido do envelhecimento progressivo da população e da saída dos casais jovens para as zonas suburbanas.

Actualmente, encontramos em Alfama uma população envelhecida, com baixos níveis de escolaridade e profissões pouco qualificadas, mas que é caracterizada, principalmente, pela especificidade da sua identidade sociocultural, que se consubstancia em fortes redes de solidariedade e vizinhança, associadas a um forte sentimento de pertença e enraizamento local e a um modo muito especial de apropriação do espaço, quer público, quer privado. Conseguir que este tecido urbano — fortemente degradado, mas ao mesmo tempo, extremamente rico do ponto de vista simbólico — não venha a desaparecer é um dos objectivos da reabilitação urbana.

Neste sentido, procurou-se implantar um processo de “Reabilitação Urbana Integrada”, este entendido como uma área de actividade pluridisciplinar, na qual se integram o lançamento de obras de recuperação física dos edifícios, mas também a realização de estudos e acções de natureza sociológica, económica, paisagística, cultural e histórica.

Num processo de reabilitação integrada, a recuperação dos edifícios e a requalificação dos espaços exteriores faz-se em paralelo com o conjunto de acções necessárias à reabilitação do tecido social. Procura-se, então, realizar um conjunto de intervenções que passam, entre outros: pela criação de condições de habitabilidade nos alojamentos; implantação dos equipamentos que suportam a vida quotidiana; criação e/ou manutenção de postos de trabalho; reinserção social de desadaptados e toxicodependentes; apoio a idosos, doentes e deficientes e desenvolvimento da formação profissional.

Uma das questões mais importantes, no que diz respeito a esta nova filosofia de intervenção na cidade, é o reconhecimento de que a reabilitação urbana é uma das dinâmicas sociais na qual intervêm actores com expectativas, interesses e inserções diversas quanto à sociedade e à cidade, nomeadamente, associações locais, agentes económicos, autarquias, Estado, técnicos, políticos e população em geral.

De facto, o sucesso de uma operação de reabilitação depende de dois factores fundamentais: a programação da operação e a participação de todos os actores envolvidos na reabilitação.

Está aqui presente um novo conceito de programação: o programa de reabilitação em vez de ser concebido como um conjunto de prescrições técnicas definidas pelo responsável pela operação, deve ser antes gerado através de um processo de negociação entre os habitantes e o conjunto dos intervenientes implicados no futuro do bairro. Deste processo resulta uma estratégia que integra os objectivos dos diversos intervenientes num programa de acção.

Esta estratégia tem subjacente a análise das dinâmicas urbanas e das mudanças sociais; da evolução do mercado da habitação e das solicitações dos habitantes e implica o conhecimento e a integração dos objectivos dos diversos actores directamente implicados na reabilitação de maneira a associá-los à elaboração do programa e à sua realização.

Através da programação da reabilitação é, assim, possível: informar os diferentes agentes sociais a quem a reabilitação diz respeito; abri-la à crítica; perceber diferentes orientações e valores; receber e transmitir informações; detectar dinâmicas locais e possibilidades de as potenciar; motivar a co-responsabilização; mobilizar recursos e colaborações; identificar oposições e perceber as suas motivações; detectar prioridades dos agentes sociais e conhecer os seus fundamentos; proceder a uma didáctica mútua para a formação e consciencialização dos diversos intervenientes sobre a vida quotidiana na área, os seus problemas e as possibilidades de resolução.

Como podemos ver, é possível e desejável uma participação constante da população na reabilitação do seu bairro, desde as fases de preparação e de elaboração do programa de reabilitação até à fase de execução e posterior conservação. A participação da população na fase de execução do programa é decisiva, pois é a fase onde se exigirá uma vigilância constante da partes dos bairros a fim de se evitar as alterações fraudulentas e descaracterizadoras sobre o tecido físico e social, ajudando, desta forma, a acção da autarquia.

SATISFAÇÃO RESIDENCIAL E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DE ALFAMA:

Dados os objectivos definidos para a reabilitação urbana e encontrando-se a operação de reabilitação de Alfama em curso desde há dez anos, surge como inevitável a avaliação do que foi realizado até aqui. Assim, privilegiando a população de Alfama enquanto destinatários da operação em curso, colocam-se as seguintes questões: qual será o nível de satisfação residencial dos habitantes de Alfama e qual será o grau de participação que eles tiveram na operação de reabilitação urbana?

Foi no sentido de responder a estas questões e avaliar a imagem que a população tem do processo de reabilitação urbana em curso, que se realizou um inquérito aos habitantes cujas casas já tinham sido alvo de recuperação.^[2]

A primeira conclusão é que, após a reabilitação das suas casas, a maioria dos inquilinos do bairro de Alfama dizem estar satisfeitos. Contudo, encontramos, também, alguns habitantes com um baixo nível de satisfação residencial.

Que factores terão contribuído, então, para um elevado nível de satisfação residencial, e quais as razões para que se encontrem ainda inquilinos que não estão satisfeitos com a sua casa, mesmo após as obras de recuperação?

Verificou-se que a satisfação residencial está fortemente associada às representações que a população detém relativamente ao seu bairro e à sua casa.

De facto, a esmagadora maioria dos inquiridos gosta do seu bairro e para eles é importante o facto de residirem em Alfama. Concluimos, assim, que para a população de Alfama é mais importante a relação afectiva, que estabelecem com o espaço residencial, do que a dimensão funcional ou estética. De facto, encontramos as seguintes opiniões de moradores de Alfama relativamente à sua casa e ao seu bairro:

"A minha casa é tudo para mim! Gosto mais dela do que de mim mesma".

"É sempre a nossa casa, mesmo que seja muito má, é o meu ninho de amor..."

"É a coisa melhor que eu tenho a seguir aos filhos!"

"Tenho amizade à casa. Nasci aqui".

"Nasci aqui, andei aqui na escola, tenho amor aqui ao bairro".

"É o meu bairro! A minha vida foi passada aqui".

"Aqui somos todos uma família!"

"Daqui só para o cemitério!"

Estas frases traduzem a importância do significado que os habitantes de Alfama atribuem à sua casa e ao seu bairro e revelaram-se determinantes para o elevado nível de satisfação residencial após a reabilitação.

Por outro lado, no que diz respeito à avaliação que a população faz do processo de reabilitação urbana, verificamos que há algumas variáveis que condicionam a satisfação residencial: a duração das obras; a concretização das obras pretendidas pelos inquilinos; a opinião em relação à execução das obras; e a opinião em relação ao Gabinete de Alfama.

De facto, o nível de satisfação residencial diminui nas casas onde as obras demoraram mais do que o previsto; nas casas onde não foram realizadas as obras pretendidas pelos inquilinos; e nas casas onde as obras foram mal executadas. Verificamos, ainda, que numa avaliação global da opinião dos habitantes relativamente ao Gabinete Local de Alfama, os indivíduos que estão menos satisfeitos com o Gabinete são aqueles que estão menos satisfeitos com a casa.

Parece, então, que os aspectos, em que o processo de reabilitação fica aquém das expectativas da população, se traduzem numa imagem negativa da actuação do Gabinete de Alfama e da operação de reabilitação que, conseqüentemente, está relacionada a uma menor satisfação residencial.

A participação da população no processo de reabilitação é outra das dimensões de análise que condiciona, por um lado, a avaliação que os habitantes fazem desse processo, e por outro lado, a sua satisfação residencial.

Apesar dos princípios-base orientadores do programa de reabilitação que foram referidos neste texto, a grande maioria dos habitantes de Alfama cujas casas foram recuperadas não teve conhecimento de que as obras no seu edifício se inseriam num projecto de âmbito muito mais alargado que é a reabilitação física e social do bairro de Alfama.

Acresce a esta situação que o reduzido número de inquilinos, que teve conhecimento do processo de reabilitação em curso, obteve essa informação através das placas que indicam a responsabilidade da obra ou apenas verificando que os outros edifícios também iam sendo recuperados. Daqui deduzimos que o Gabinete de Alfama não desempenhou o seu papel de canal de transmissão oficial da informação relativa ao processo de reabilitação.

Outra forma de participação que determina a satisfação residencial é o conhecimento da parte dos inquilinos da forma como vai ser recuperada a sua casa. Contudo, em Alfama, a mais de metade dos nossos inquiridos não foi explicado como iria ser recuperada a sua casa e à grande maioria desses inquiridos não se perguntou qual o tipo de obras que pretendiam nas casas.

Mais uma vez, quando inquiridos sobre se teriam participado ou emitido opiniões sobre o processo de reabilitação das suas casas, a maioria dos inquilinos dizem que não o fizeram; e, das

hipóteses apresentadas para a sua participação, escolheriam maioritariamente ter decidido o tipo de modificações a introduzir em suas casas e o tipo de materiais e cores a utilizar nas portas, janelas, chão e tectos.

É importante referir aqui que se encontraram alguns inquilinos que, não tendo escolhido nenhuma das opções de participação apresentadas, esclareceram que não tinham nada para dizer ou que não sabiam de que forma poderiam ter participado. Este facto é indiciador de que os habitantes de Alfama não sentem como um direito seu participar num processo que é, em última análise, para seu benefício. Não se trata aqui de que os habitantes inquiridos não tivessem, realmente, vontade de participar, não sabem é como o fazer, além de que não foram chamados a fazê-lo.

Outra questão importante, no âmbito da participação, é a relação entre os técnicos do gabinete de Alfama e a população. Apesar da localização do Gabinete dentro do bairro ter sido escolhida precisamente porque se pretendia favorecer o contacto entre população e técnicos, a realidade é que nem todos os inquilinos conhecem os técnicos do Gabinete, ou pelo menos alguns desses técnicos; e a maioria apenas teve com eles um contacto esporádico.

A esta situação vem juntar-se o facto de que, apesar de existir um acompanhamento formal por parte do Gabinete de Alfama ao longo do processo de reabilitação, alguns dos inquilinos das casas em recuperação não sabiam que poderiam beneficiar desse acompanhamento, isto é, não sabiam que podiam recorrer ao Gabinete sempre que tivessem necessidade.

No que diz respeito ao contacto efectivo com o Gabinete de Alfama, cerca de metade dos inquiridos não recorreu ao Gabinete em situação alguma e dos que o fizeram o motivo foi, essencialmente, para apresentar queixas ou reclamações e apenas uma ou duas vezes durante a obra. Isto significa que os inquilinos não recorreram ao Gabinete para pedir esclarecimentos sobre o processo legal ou sobre o processo de construção, ou inclusive para manifestar a sua opinião ou participar com alguma sugestão.

Por último, se considerarmos os motivos devido aos quais os inquilinos não recorreram ao Gabinete, verificamos que foi, essencialmente, por acharem que não valia a pena. Esta afirmação traduz algum descrédito face à capacidade do Gabinete para resolver os problemas apresentados pelos inquilinos dos prédios reabilitados, por um lado; e por outro lado, revela o desconhecimento que a população de Alfama tem acerca das competências e responsabilidades assumidas pelo Gabinete em relação ao processo de obra. A maioria dos inquilinos pensa que o Gabinete não pode fazer nada, ou não tem que agir no que diz respeito à obra em curso no seu prédio.

Por outro lado, o outro principal motivo, apontado pelos inquilinos para não terem contactado o Gabinete foi o facto de não terem tido necessidade. Mais uma vez o Gabinete é apenas encarado como um local para se apresentarem queixas ou reclamações, não sendo, portanto, visto como um meio para se apresentarem sugestões ou para se pedir informações relativas ao processo de reabilitação, no fundo, como um local de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando, agora, reflectir sobre o que foi exposto, é evidente a existência de um desfasamento entre as representações e o discurso sobre a reabilitação e as práticas e intervenções desenvolvidas de facto. Na realidade, o Gabinete Local de Alfama confrontou-se desde logo com uma multiplicidade de situações bem críticas, que se traduzem quase invariavelmente em edifícios em situação de ruína, com a conseqüente ameaça de desalojamento dos seus inquilinos.

A operação de reabilitação tem sido, assim, conduzida para acções e medidas mais ou menos imediatas de recuperação física do edificado, deixando de lado as preocupações ao nível da reabilitação dos espaços públicos, do planeamento de novos usos e funções para os espaços já existentes e de novos equipamentos em falta no bairro, no fundo, toda a componente de intervenção no tecido social. E embora o Gabinete de Alfama disponha de uma equipa pluridisciplinar, empenhada na reabilitação, encontra-se sufocado por toda a orgânica de funcionamento da autarquia (funciona como um departamento de obras), sendo impossível desta forma a realização de diagnósticos e avaliações da operação em curso, que conduzam a uma (re)programação da reabilitação.

Por outro lado, embora a participação alargada com protagonismo activo dos actores envolvidos no processo seja uma das dimensões mais importantes da reabilitação urbana e seja uma preocupação constante nas concepções e nos discursos, ela ainda não tem concretização efectiva nas práticas e na organização da reabilitação.

De facto, embora se tenha instalado no bairro o Gabinete Local, se tenha definido um sistema de atendimento ao público e se façam, com uma periodicidade muito irregular, sessões públicas para mostrar resultados e fazer promessas de intervenções futuras, os resultados deste trabalho demonstram-nos que ainda se encontram residentes de Alfama que desconhecem o processo de reabilitação em curso, que nunca foram ao Gabinete Local e que não tiveram qualquer tipo de participação no processo por que passaram.

Parece-nos evidente que se a população residente tiver oportunidade de participar no processo, e se

Ihe for concedido o acesso à informação a que tem direito, ela pode constituir um parceiro precioso na gestão do processo de reabilitação, nomeadamente, ao nível da vigilância das obras e da manutenção/conservação dos fogos reabilitados. E por outro lado, se os moradores de Alfama forem chamados a participar no processo será mais fácil corresponder às suas necessidades e expectativas e conseqüentemente, alcançar níveis mais elevados de satisfação residencial. Um dos problemas mais frequentes que compromete a participação social é a não difusão da informação. De facto, se todos os actores sociais não tiverem igual acesso às fontes de informação, não poderá existir um verdadeiro debate e um diálogo concertado. Se se pretende que os principais interessados — pois são os habitantes os beneficiários, em última instância, da operação de reabilitação — sejam parceiros crentes e empenhados dessa operação, terão que lhes ser fornecidas as informações, às quais eles têm direito.

O acesso à informação ao longo do processo de reabilitação é fundamental, assim como o esclarecimento da população quanto ao porquê da operação, os seus objectivos, os seus meios e o papel que lhe será atribuído para a sua concretização. Isto para evitar que se desenvolvam operações de reabilitação e salvaguarda sem que a maior parte dos habitantes sejam capazes de perceber a sua natureza, razão de ser e finalidades específicas. São inegáveis que, se os habitantes dos bairros tivessem compreendido e apreciado o valor do seu património arquitectónico e histórico, as operações de salvaguarda teriam sido, hoje, muito menos necessárias.

A questão essencial aqui é, então, a definição de estratégias adequadas que possibilitem a alteração de códigos e culturas técnico-profissionais que encaram frequentemente os desejos e as reivindicações da população, sobretudo como um problema adicional de difícil resolução e não como uma manifestação de protagonismo participativo, fundamental para a concretização do programa de reabilitação. O sucesso de uma operação de reabilitação, que passa pelo nível de satisfação residencial conseguido, está dependente da participação activa da população envolvida e essa participação só se poderá concretizar se a população compreender os motivos e os fins da operação.

[1] Este estudo foi realizado, simultaneamente, no âmbito do Seminário de Sociologia Urbana da Licenciatura em Sociologia do ISCTE e do estágio realizado no Gabinete Local de Alfama em 1993.

[2] Este inquérito foi realizado aos 196 inquilinos cujas casas (que correspondem a 74 edifícios) tinham sido alvo de recuperação entre 86 e 92. Foi sempre inquirida a pessoa que se identificava como o chefe do agregado familiar.